



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na  
1ª Vara Federal de Execução Fiscal  
Seção Judiciária do Espírito Santo**

**25 a 29/09/2017**



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo**

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



## Sumário

1.	ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA .....	5
2.	METODOLOGIA UTILIZADA .....	6
3.	CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL .....	8
4.	GESTÃO DA SECRETARIA .....	9
5.	GESTÃO DE METAS .....	10
5.1.	Metas internas .....	10
5.2.	Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ .....	10
5.2.1.	Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade) .....	10
5.2.2.	Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade) .....	11
5.2.3.	Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução) .....	12
6.	PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO .....	14
6.1.	Produção e classificação de sentenças .....	14
6.2.	Acervo concluso .....	14
6.3.	Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR) .....	15
6.4.	Audiências .....	16
7.	EVOLUÇÃO DO ACERVO .....	17
7.1.	Acervo da unidade .....	17
7.2.	Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na SJES .....	17
7.2.1.	Acervo total .....	17
7.2.2.	Acervo ativo .....	18
7.2.3.	Acervo suspenso .....	18
8.	DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO .....	19
8.1.	Crítérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários .....	19
8.2.	Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada .....	19
8.3.	Fluxo dos processos após a sentença .....	19
9.	ANÁLISE DO PROCESSAMENTO .....	20
9.1.	Balcão de entrada .....	20
9.2.	Processos em segredo de justiça .....	20
9.3.	Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) .....	21
9.4.	Publicação de atos judiciais .....	23
9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado .....	24
9.6.	Documentos pendentes de juntada .....	24
9.7.	Remessa externa .....	26



10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA .....	27
11.	PROCESSOS SUSPENSOS .....	28
12.	RPVs e PRECATÓRIOS .....	29
13.	BENS PENHORADOS .....	30
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS .....	31
15.	LIVROS E PASTAS .....	32
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA.....	33
17.	TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL .....	34
17.1.	Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR) 34	
17.2.	Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados .....	34
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS .....	35
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES .....	36
20.	ENCERRAMENTO .....	37



## 1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 01ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VFEF-RJ), de 25 a 29/09/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), a Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



## 2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 164 processos físicos, sendo 16 em trâmite e 148 aguardando julgamento pelo TRF e zero suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006<sup>1</sup> para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos

<sup>1</sup> art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)

movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

**Denominação:** 01ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio Espírito Santo (01VFEF-ES)

**Data de instalação:** 17/05/2006

**Endereço:** Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, 5º andar, Monte Belo, Vitória (ES).

**Juiz Titular:** Dr. FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, desde 24/03/2005.

**Juiz Federal Substituto:** Vago

**Diretor de Secretaria:** Dr. Wladimir Barbosa Aires

**Especialização:** Execução Fiscal

**Quadro de Pessoal desde a última correição**

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Junho/15	4	7	1	0	12	14
Setem/17	3	8	1	1	13	14

O Diretor informou que a Vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto. Uma servidora entrou em licença sem vencimentos e não houve reposição.





#### 4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor Wladimir Barbosa Aires, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores Rubens Paiva Furtado e Eloísa Zerboni Coelho, e pela Oficiala de Gabinete Elizamara Paiva Charpinel, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 49% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 20 a 24/03/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

## 5. GESTÃO DE METAS

### 5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são : 1. Controlar processos parados, suspensos e de prazos para decisão, despacho e sentença, conforme os prazos da CNCR. 2. Reforçar os pontos fracos apontados na correição anterior; 3. Priorizar o processamento dos RPVs, para que sejam enviados no mesmo mês em que cadastrados. 5. Desenvolver nos servidores a motivação para aumentar a produtividade e reduzir o acervo.

### 5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se às Varas de Execução Fiscal as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor afirmou que a unidade atingiu todas as metas 2016/CNJ. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

#### 5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

**“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”<sup>2</sup>**

O órgão recebeu, por distribuição, 225 processos em 2016 e julgou 286, cumprindo 127% da meta nº 1 CNJ/2016.

---

<sup>2</sup> A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta. Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
<b>1º Grau</b>	<b>39.200</b>	<b>40.566</b>	<b>1.123</b>	<b>99%</b>
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>111.293</b>	<b>131.255</b>	<b>247</b>	<b>85%</b>
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
<b>Turma Recursal</b>	<b>42.594</b>	<b>39.908</b>	<b>68</b>	<b>107%</b>
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
<b>Tribunal Regional Federal</b>	<b>41.782</b>	<b>44.815</b>	<b>487</b>	<b>94%</b>
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>234.898</b>	<b>256.601</b>	<b>1.925</b>	<b>92%</b>
<b>1ª Vara Federal de Execução Fiscal-ES</b>	<b>286</b>	<b>225</b>	<b>1</b>	<b>127%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 01/09/2017.

### 5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

**“Julgar processos mais antigos<sup>3</sup>: distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012”.**

#### Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 98% dos 158 processos-alvo distribuídos até 31/12/2011).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara					
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJES	1ª Vara Federal de Execução Fiscal-SJES				
	<b>Meta 2 - Processos antigos</b>	<b>Alvo</b>	<b>Julgados até 2015</b>	<b>Julgados em 2016</b>	<b>Total de Julgados</b>	<b>Pendentes</b>	<b>% de Julgados</b>
	TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
	Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
	SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
	SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
	<b>Total - 2ª Região</b>	<b>119.151</b>	<b>106.450</b>	<b>5.082</b>	<b>111.532</b>	<b>7.619</b>	<b>94%</b>
	<b>1ª Vara Federal de Execução Fiscal-SJES</b>	<b>158</b>	<b>151</b>	<b>4</b>	<b>155</b>	<b>3</b>	<b>98%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 01/09/2017.

<sup>3</sup> A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



### Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 90% dos 220 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJES	1ª Vara Federal de Execução Fiscal-SJES			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
1ª Vara Federal de Execução Fiscal-SJES	226	217	5	222	4	98%

Fonte: PORTAL, acesso em 01/09/2017.

### Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
00022271720114025001	Embargos à EF	Embargos à execução de multas	sim	Vista à FN	20/09/17
00013229420114025006	Embargos à EF	Embargos à execução de multas	sim	Movimentação Cartorária: Aguarda resposta de ofício	22/09/17
00128795920124025001	Ordinária outras	Nulidade de taxa de ocupação	sim	Moviment Cartorária análise do Gabinete	18/09/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugestão da equipe de correição: priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016

### 5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

**“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”<sup>4</sup>**

Cumpridos 200% da meta nº 5 CNJ/2016.

<sup>4</sup> A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>10.803</b>	<b>37.637</b>	<b>37.703</b>	<b>1.774</b>	<b>430</b>	<b>12.081</b>	<b>97%</b>
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>45.993</b>	<b>64.596</b>	<b>58.962</b>	<b>14.697</b>	<b>12.223</b>	<b>54.101</b>	<b>88%</b>
<b>1ª Vara Federal de Execução Fiscal</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>200%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 01/09/2017.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 1.674 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/09/2016 a 31/08/2017), com média de 139 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	216
B1	Homologatória de acordo	0
B2	Repetitiva (padronizada)	400
C	Sem resolução do mérito	1058
D1	Penal condenatória	0
D2	Penal absolutória	0
D3	Rejeição de queixa	0
D4	Rejeição de denúncia	0
E1	Extintiva de punibilidade	0
E2	Suspensão condicional da pena	0

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 01/09/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

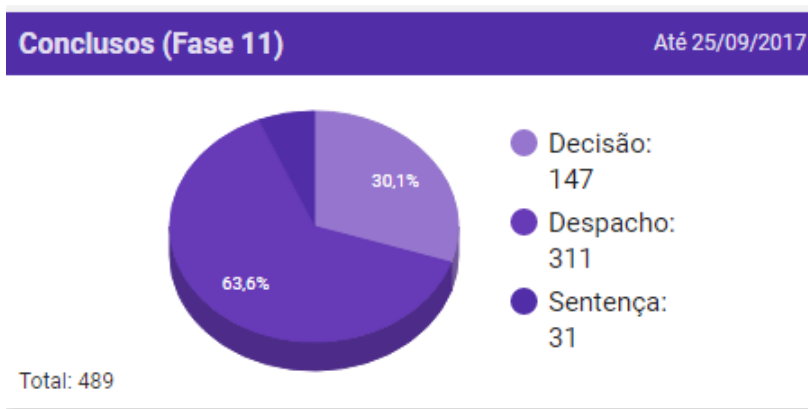
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0010028-62.2003.4.02.5001	---	0007886-27.1999.4.02.5001	0000538-15.2014.4.02.5006
0028483-21.2016.4.02.5001	---	0008073-10.2014.4.02.5001	0030482-09.2016.4.02.5001
0030021-37.2016.4.02.5001	---	0009214-84.2002.4.02.5001	0040279-09.2016.4.02.5001
0116238-54.2014.4.02.5001	---	0000040-60.2016.4.02.5001	0040286-98.2016.4.02.5001
0116508-44.2015.4.02.5001	---	0007595-75.2009.4.02.5001	0040541-56.2016.4.02.5001

Fonte: PORTAL, acesso em 01/09/2017

**6.2. Acervo concluso**

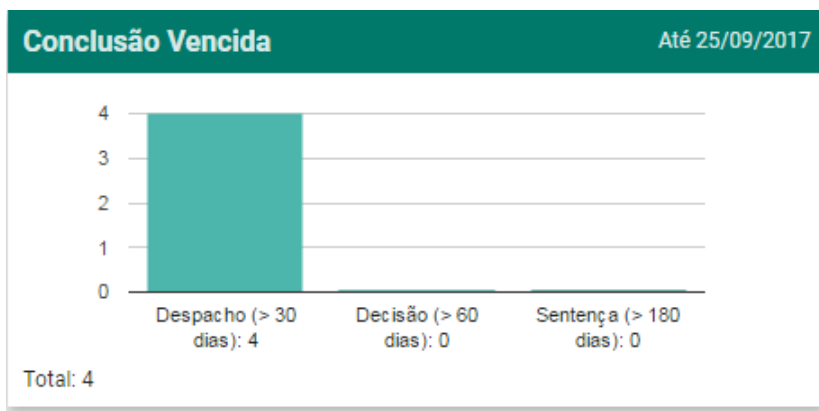


Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/09/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/09/2017

### 6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/09/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 25/09/2017) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

#### Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0002828-67.2004.4.02.5001	Exec. Fiscal	Imposto de Renda P. Jur.	2135	25/08/17	31
0006256-42.2013.4.02.5001	Exec. Fiscal	Taxa de ocupação	63	25/08/17	31
0002695-44.2012.4.02.5001	Exec. Fiscal	Contrib. Previd.	209	25/08/17	31
0002976-73.2007.4.02.5001	Exec. Fiscal	Imposto sobre o lucro presumido	442	25/08/17	31

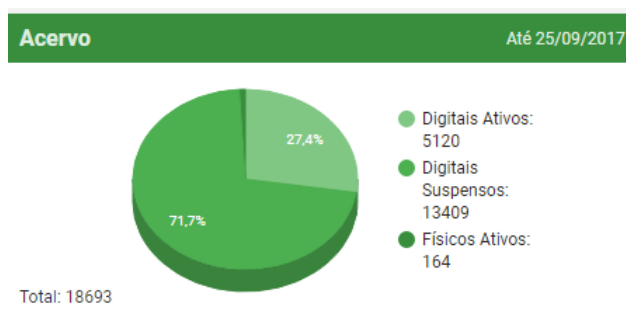
#### 6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/09/2016 até 31/08/2017) foram designadas 01 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



## 7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

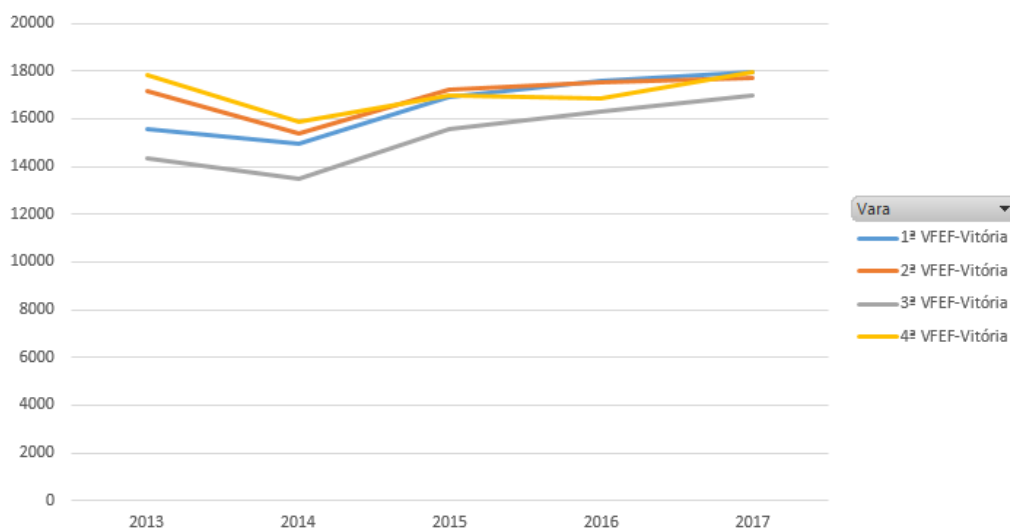
### 7.1. Acervo da unidade



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/09/2017

### 7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na SJES

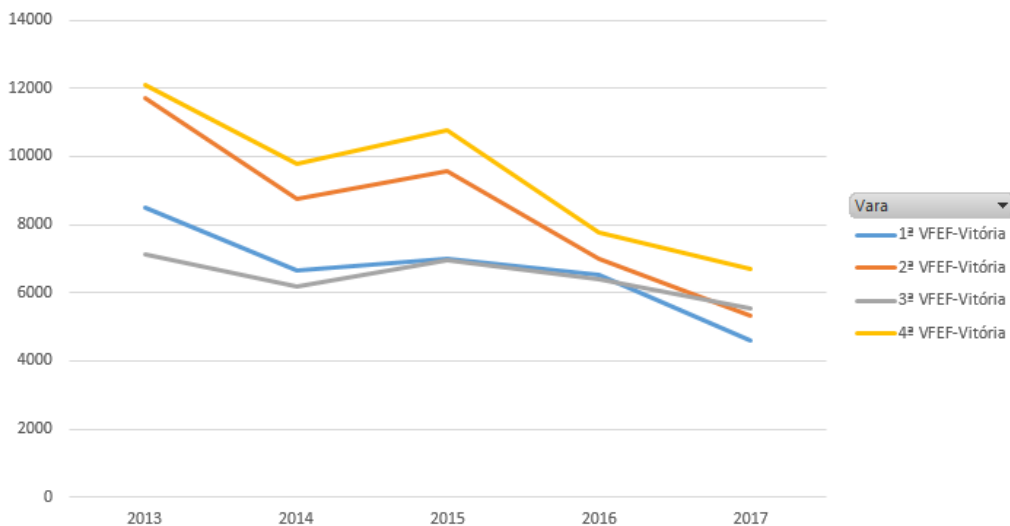
#### 7.2.1. Acervo total



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de agosto de cada ano)

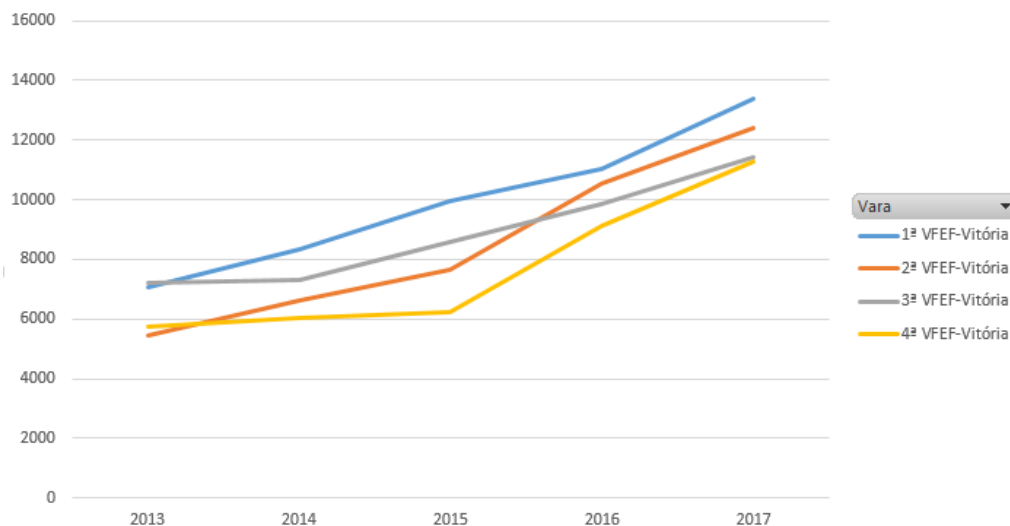


### 7.2.2. Acervo ativo



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de agosto de cada ano)

### 7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de agosto de cada ano)



## **8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO**

### **8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários**

São priorizados os processos de grandes devedores, que recebem identificador GD, adotando a Vara o patamar de R\$ 1 milhão para identificar o executado como Grande Devedor.

### **8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada**

A triagem é feita na Secretaria no momento em que os servidores juntam petições. Os autos são remetidos à análise dos servidores lotados no gabinete, que, após segunda verificação, abrem conclusão para sentença.

### **8.3. Fluxo dos processos após a sentença**

As partes são intimadas, com publicação ou remessa para o exequente, e o movimento no Apolo é o 12.



## 9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### 9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara	Dt. Ult. Distr.	Dt. Protocolo
0007971-27.2010.4.02.5001 - Local 6)	MEF.0006.001854-0/2017	- Rodovia COCHOERK/DEVOLVIDO COM RES		25/09/2017 12:53	JESSOLB				
0008500-72.2017.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.178972-0	Novo Documento Cada		14/09/2017 13:48	PETWEB				
0028441-69.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.178780-7	Novo Documento Cada		14/09/2017 15:19	PETWEB				
0001928-02.1995.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180386-1	Novo Documento Cada		18/09/2017 08:00	PETWEB				
0014183-54.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180423-0	Novo Documento Cada		18/09/2017 09:37	PETWEB				
0003833-46.2012.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180426-4	Novo Documento Cada		18/09/2017 09:40	PETWEB				
0015496-26.2011.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180441-8	Novo Documento Cada		18/09/2017 09:52	PETWEB				
0035308-78.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180456-2	Novo Documento Cada		18/09/2017 10:00	PETWEB				
0012362-54.2012.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180590-2	Novo Documento Cada		18/09/2017 11:25	PETWEB				
0000324-58.2013.4.02.5006 - Local 6)	2017.3000.180591-0	Novo Documento Cada		18/09/2017 11:27	PETWEB				
0005816-61.2004.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.180647-0	Novo Documento Cada		18/09/2017 12:08	PETWEB				
0010421-35.2013.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181011-6	Novo Documento Cada		18/09/2017 15:13	PETWEB				
0012362-54.2012.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181147-3	Novo Documento Cada		18/09/2017 16:06	PETWEB				
0001612-52.1996.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181300-0	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:05	PETWEB				
0021661-79.2017.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181334-4	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:15	PETWEB				
0051067-21.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181397-2	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:47	PETWEB				
0000062-46.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181407-3	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:56	PETWEB				
0002532-88.2017.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181508-8	Novo Documento Cada		18/09/2017 20:14	PETWEB				
0038937-87.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.181539-8	Novo Documento Cada		18/09/2017 22:23	PETWEB				
0035373-73.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.182394-3	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:15	PETWEB				
0018390-96.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.182448-6	Novo Documento Cada		18/09/2017 17:49	PETWEB				
0037794-36.2016.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.182648-9	Novo Documento Cada		20/09/2017 07:02	PETWEB				
0090351-52.1996.4.02.5001 - Local 6)	2017.3000.182701-9	Novo Documento Cada		20/09/2017 08:50	PETWEB				

Analisado no dia 25/09/2017, às 18:08 horas, havia 86 processos : e 2 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
22/09/17	0026245-92.2017.4.02.5001	Exec. Fiscal	Cofins
22/09/17	0000422772012.4.02.5006	Exec. Fiscal	Conselhos Regionais
22/09/17	0001932672017.4.02.5001	Exec. Fiscal	Conselhos Profissionais
22/09/17	0010700022005.4.02.5001	Exec. Fiscal	Conselhos Profissionais
22/09/17	0012739882013.4.02.5001	Exec. Fiscal	Multas

### 9.2. Processos em segredo de justiça



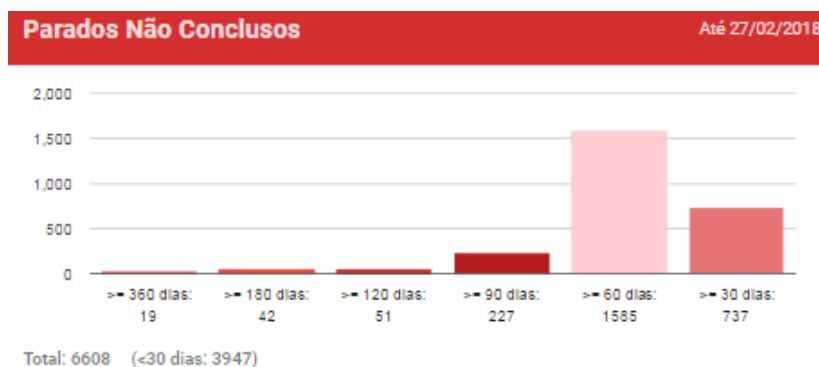
Posição em	03/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	237
Documento	57
<b>Total Geral</b>	<b>294</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 03/10/2017

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
00063751320074025001	Exec. Fiscal	peças	Fls 471	Contrib previd
00063883219954025001	Exec. Fiscal	peças	-	Contrib previd
00010062419964025001	Exec. Fiscal	peças	-	Contrib previd
00046738119974025001	Exec. Fiscal	peças	Fls 112	IRPJ
00065003019974025001	Exec. Fiscal	peças	-	Contrib previd

Sugere-se que os registros de sigilo de peças no Apolo somente sejam feitos após determinação judicial nos autos, pois, em três dos processos selecionados por amostragem, não foi localizada a ordem de restringir a publicidade dos autos (00063883219954025001, 00010062419964025001 e 00065003019974025001).

### 9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)





Fonte: PAINEL, acesso em 26/09/2017

TRF2  
Fls 595

O Painel de Indicadores, atualizado no fechamento deste relatório apontou haver 112 processos não conclusos sem movimentação além do prazo fixado no art. 228, CNCR, dos quais os processos a seguir listados estão sem movimento há mais de 360 dias:

Processo	Data do último movimento	Dias	Formato	Classe
0003569-92.2013.4.02.5001	20/09/2013 17:24	1621	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0008942-07.2013.4.02.5001	28/10/2013 13:41	1583	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0007314-17.2012.4.02.5001	13/11/2013 15:28	1567	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0005211-37.2012.4.02.5001	21/03/2014 17:08	1439	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0000639-52.2014.4.02.5006	15/07/2015 18:58	958	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0000470-65.2014.4.02.5006	16/07/2015 12:57	957	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0011653-82.2013.4.02.5001	03/08/2015 18:12	939	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0000939-82.2012.4.02.5006	27/08/2015 15:19	915	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0125919-14.2015.4.02.5001	20/10/2015 17:41	861	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0001688-12.2015.4.02.5001	25/02/2016 12:58	733	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0002064-95.2015.4.02.5001	21/09/2016 17:34	524	Digital	CARTA PRECATÓRIA/EXECUÇÃO FISCAL
0122754-56.2015.4.02.5001	30/11/2016 13:10	454	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0035036-84.2016.4.02.5001	06/12/2016 18:08	448	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0035342-53.2016.4.02.5001	15/12/2016 16:37	439	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0014599-32.2010.4.02.5001	09/01/2017 19:08	414	Digital	EXECUÇÃO FISCAL



0038020-41.2016.4.02.5001	14/02/2017 18:47	378	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0041877-95.2016.4.02.5001	15/02/2017 13:08	377	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0005812-53.2006.4.02.5001	24/02/2017 16:33	368	Digital	EXECUÇÃO FISCAL
0008248-63.1998.4.02.5001	02/03/2017 16:11	362	Digital	EXECUÇÃO FISCAL

### Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
00120868120164025001	E.F.	não	Moviment. Cartorária tipo Aguard. Resposta de ofício	89	29/06/17
0002262-26.2001.4.02.5001	E.F.	não	Juntada	89	29/06/17
0011042-95.2014.4.02.5001	E.F.	não	Moviment. Cartorária tipo Aguard. Devolução de ofício	88	30/06/17
0007578-15.2004.4.02.5001	E.F.	não	Mov. Cartorária Aguard. Devol. de Precatória	88	30/06/17
0002968-58.1991.4.02.5001	E.F.	não	Moviment. Cartorária tipo Aguard. Devolução de ofício	83	05/07/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecido na CNCR (art. 228).

#### 9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	09/2016 a 08/2017
	Processos	2.649
	Boletins	118
	Média (Proc. / Bol.)	22,45
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,64

Fonte: PORTAL, acesso em 05/10/2017

### 9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)<sup>5</sup>.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada não possui feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

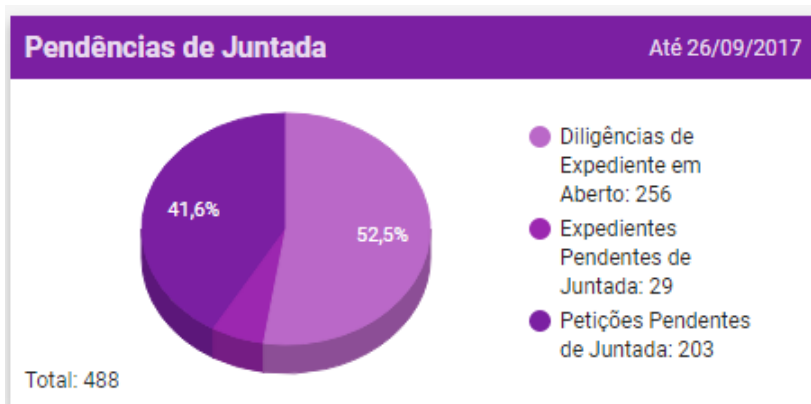
Ano : 2017		Mês : setembro			
Vara		Execução de Sentença - Fase 18		Requisição Valor	
Medidas		1ª Vara Federal de Execução Fiscal			
Situação Processo		Informada		Total	
		Sim			
Processos	Trâmite		2	7	
	Total		2	7	

Fonte: PORTAL, acesso em 26/09/2017

### 9.6. Documentos pendentes de juntada

<sup>5</sup> O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.





Fonte: PAINEL, acesso em 26/09/2017

As petições listadas a seguir constam do Painel de Indicadores como pendentes de juntada, apesar dos autos estarem arquivados. Sugere-se regularizar a situação dessas petições, observando-se o disposto nos arts. 183 e 184 da CNCR.

Processo	Petição	Dias	Classe
0006010-22.2008.4.02.5001	2011.0006.008904-0	2363	EMBARGOS À EXECUÇÃO
0010846-53.1999.4.02.5001	2010.0006.011324-4	2685	EXECUÇÃO FISCAL
0001023-21.2000.4.02.5001	2011.0006.004654-6	2475	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
0001161-70.2009.4.02.5001	2011.0006.012295-1	2268	EXECUÇÃO FISCAL
0011259-90.2004.4.02.5001	2012.0006.002779-6	2202	EXECUÇÃO FISCAL
0004588-85.2003.4.02.5001	2012.0006.000773-6	2238	EXECUÇÃO FISCAL
0001255-23.2006.4.02.5001	2012.0006.000777-9	2238	EXECUÇÃO FISCAL
0006021-08.1995.4.02.5001	2012.0006.000801-5	2238	EXECUÇÃO FISCAL



0006184-  
80.1998.4.02.5001

2012.0006.004128-4

2188

EXECUÇÃO FISCAL

TRF2  
Fls 599

### 9.7. Remessa externa

Não há processos com prazo de carga a órgãos externos vencidos.

Ano : 2017 ▼ Mês : outubro ▼ Vara : 1ª Vara Federal de Execução Fiscal ▼ Localização Atual : Externo ▼

Medidas ▼ Data Último Movimento ▼

Tipo de Processo ▼	<Drop columns here>
Situação Processo ▼	<Drop rows here>
Último Movimento ▼	
Complemento Fase ▼	



## **10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

A Resolução CJF 496/2006, estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, verificou-se, na estatística extraída do APOLO, não haver processos em trâmite no órgão correicionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, a inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.



## 11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em escaninho virtual específico, anotando (no motivo) a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
Arquivo s/ baixa art 40 §1	00067142119974025001
Arquivo s/ baixa art. 40 §2	00066496920104025001
Arquivo s/ baixa - outros	00070745319974025001

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0001232-92.1900.4.02.5001	Art. 40, § 2º da LEF	19/03/10	Arquivado sem baixa
0004564-67.1900.4.02.5001	Art. 48 da Lei 13043/14	17/07/15	Arquivado sem baixa
0002893-09.1900.4.02.5001	Art. 38 da MP 651/14	30/01/15	Arquivado sem baixa
0002897-46.1900.4.02.5001	Art. 40, § 1º da LEF	27/04/16	Suspensão
0002918-22.1900.4.02.5001	Art. 40, § 2º da LEF	03/05/07	Arquivado sem baixa

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.



## 12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 01 precatórios e 62 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/09/2016 a 31/08/2017).



### 13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 05/09/2017, apresenta cadastramento de 1.254 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, não se constatou falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0501372-05.2016.4.02.5001	14/09/16	sim	Carta Precatória devolvida ao juízo deprecante
0500860-85.2017.4.02.5001	03/07/17	sim	Intimado o administrador judicial em 14/9/17 da penhora no rosto de processo na 13ª Vara Empresarial
0500461-90.2016.4.02.5001	16/08/16	sim	Carta Precatória devolvida ao juízo deprecante
0130574-29.2015.4.02.5001	19/09/16	sim	Exec Fiscal baixada em 18/7/2017
0130055-54.2015.4.02.5001	04/07/16	sim	Processo extinto com fulcro no art. 924, II, do Novo CPC, em 3/9/2017



#### 14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 29/9/2017 havia 1 processo com anotação de acautelamento de bens (carta precatória física), guardada no cofre da Secretaria, aberto, durante a Correição, na presença do Assessor da Corregedoria Marcelo Ribeiro, de dois servidores da Corregedoria, do Diretor de Secretaria e do Supervisor.

#### Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
00000619420114025006	20/08/12	sim	Bem acautelado: Carta Precatória física devolvida pelo Juízo derecado



## 15. LIVROS E PASTAS

A Vara Federal dispõe de 4 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Entrega de autos às partes sem traslado;
- 4) Reclamações

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas. Não há registros de reclamações.





## 16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 01 VFEF de Vitória/ES está localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes 1877, 5º andar, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES, CEP 29053245, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juizes e da Secretaria funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

A sala de audiências é pouco utilizada, dada a baixa demanda por audiências.

**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL****17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)**

A Vara Federal estipula limite mínimo de 1 milhão de reais como critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR). A Fazenda Nacional não apresentou à unidade limite que considera a execução fiscal relativa a grande devedor.

Por amostragem, foi vistoriado o processos abaixo relacionado, com execução fiscal acima de 1 milhão de reais, não se encontrando irregularidade no processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses ?*	Último Movim.	Data último Movim.
00015831120104025001	A ação é anulatória de débito, vinculada a execução fiscal de R\$ 5.186.532,16	08/02/10	sim	Devolução de remessa	02/10/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

**17.2. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados**

Em regra, os exequentes indicam o leiloeiro de confiança. O último leilão ocorreu em maio/2017. A 01VFEF realiza leilão unificado visando aumentar a efetividade das hastas públicas, possuindo escaninhos separados para processos com realização de leilão. Não foram mencionadas dificuldades.

## 18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Fixação de mensagens de motivacionais na Secretaria (foto a seguir):





## 19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Para superar e normalizar os fatos relatados, sugere-se, no prazo de 30 dias:

- 1) Priorizar o julgamento dos processos objeto da Meta nº 2 CNJ/2016 (item 5.2.2);
- 2) Anotar sigilo de peças no sistema de acompanhamento processual somente após determinação judicial de restrição da publicidade (item 9.2);
- 3) identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecido na CNCR (art. 228) (item 9.3);
- 4) regularizar a situação das petições indicadas no item 9.6, observando os arts. 183 e 184 da CNCR;



## 20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM e CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO ROCHAS e revisado e subscrito por mim, Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

**FABIO ALDROVANDO**  
Assessor Judiciário